

O SUJEITO-CRIANÇA NA REDE ELETRÔNICA: MOVIMENTOS DE SENTIDOS

THE SUBJECT-CHILD IN WEB: MOVEMENTS OF SENSES

Cynara Maria Andrade Telles

Universidade Federal de São Carlos

cynaratelles@ig.com.br

Daniela Giorgenon

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo

danielagiorgenon@gmail.com

Juliana Christina Rezende de Souza

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo

jurezendes@bol.com.br

Lucília Maria Sousa Romão

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo

luciliamsr@ffclrp.usp.br

Ludmila Ferrarezi

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo

ludmila.ferrarezi@pg.ffclrp.usp.br

Soraya Maria Romano Pacífico

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

RESUMO: Nesse trabalho iremos abordar algumas questões acerca da rede eletrônica, sua estrutura e os movimentos do sujeito-navegador; em seguida, apresentaremos alguns conceitos-chave da Análise do Discurso de filiação francesa para depois empreendermos nosso trabalho de análise do corpus, que coletamos on-line e selecionamos em blogs dispostos na rede eletrônica por sujeitos moradores do Complexo Maré e também por algumas crianças, buscando compreender como se constituem os sentidos de criança, dados pela memória e as condições de produção do dizer veiculado nesses blogs.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Rede Eletrônica, Blog, Criança.

ABSTRACT: In this work we will deal with some matters about the web, its structure and the movements of the subject-navigator; then, we will present some key concepts of french Discourse Analysis for later we undertake our work of analysis of the corpus, that we collected on-line and we selected in blogs arranged in the web by subjects residents in “Complexo Maré” and by some children too, aiming to understand as child's senses are constituted, given by the memory and the production conditions of the discourse transmitted in these blogs.

KEYWORDS: Discourse, Web, Blog, Child.

1. Introduzindo o movimento

No momento histórico atual, a rede eletrônica é uma grande representante das características da denominada “pós-modernidade” que inscreve efeitos de descentralização e pluralidade fazendo falar, no discurso do sujeito, novas formas de sua inscrição na linguagem. Neste contexto, o sujeito-navegador tem a ilusão de poder encontrar, acessar e enunciar tudo, relacionando-se com sentidos plurais em uma teia heterogênea de sentidos inscritos na materialidade virtual. Posto isto, pretendemos analisar, com base no estofo teórico da Análise do Discurso de matriz francesa, alguns dizeres do/sobre sujeito-criança materializados nas redes virtuais, buscando flagrar como ele “fala e é falado” em alguns blogs e como ele marca(-se em) determinados sentidos e não outros. Para tanto, inicialmente iremos abordar algumas questões acerca da rede eletrônica, sua topologia e os movimentos do sujeito-navegador; em seguida, apresentaremos alguns conceitos-chave da teoria do discurso para depois empreendermos nosso trabalho de análise do corpus que selecionamos, buscando compreender como se constituem os sentidos de criança, dados pela memória e as condições de produção do dizer veiculado nas redes da Internet.

2. Internet: redes em movimento

Antes de falarmos sobre a Internet e as múltiplas possibilidades de construção de sentidos que ela proporciona, é importante situá-la no contexto sócio-histórico do qual emerge, a saber, a denominada “pós-modernidade” que é re-conhecida, também, por outros nomes, quais sejam, modernidade líquida, modernidade tardia, hipermodernidade dentre outros. Bauman (2001) aponta a fluidez que caracteriza tal paradigma, contrapondo-o a uma modernidade positivista, pautada em hierarquias, centralizações e estruturada pela ilusão de neutralidade, homogeneidade e transparência. Assim, segundo Lyotard (2004, p.xi):

O que temos é a crise de uma noção central nos dispositivos de legitimação e no imaginário modernos: a noção de ordem. E com ela assistimos à rediscussão da noção de ‘desordem’, o que por sua vez torna impossível submeter todos os discursos (ou jogos de linguagens) à autoridade de um meta-discurso que se pretende a síntese do significante, do significado e da própria significação, isto é, universal e consistente.

Deste modo, a crença no sentido único e universal pode ter sua legitimidade questionada, instigando nosso olhar “para o que é heterogêneo, marginal, marginalizado, cotidiano, a fim de que a razão histórica ali enxergue novos objetos de estudo”. (LYOTARD, 2004, p. 127). Posto isto, marcamos que a descentralização, provisoriedade, pluralidade e ausência de contornos rígidos que marcam esse período são também características das redes eletrônicas, determinando novas formas de inscrição de sujeitos e sentidos nas malhas do digital. Segundo Lévy (1999, p. 121), “a multiplicidade e o entrelaçamento radical das épocas, dos pontos de vista e das legitimidades, traço distintivo do pós-moderno, encontram-se nitidamente acentuados e encorajados na cibercultura.”. Ressaltamos, também, que essa multiplicidade atribuída à Internet está presente nas inúmeras concepções acerca da mesma e das tecnologias que proporcionaram seu advento, conforme nos diz Lemos (2007, p. 247):

Estamos hoje no fogo cruzado entre intelectuais que associam uma postura 'crítica' a uma visão negativa da tecnologia (por exemplo, Virilio, Baudrillard, Shapiro, Postman) e aqueles ditos utópicos, que vêem nas novas tecnologias um enorme potencial emancipatório, fonte de criação de inteligentes coletivos, de resgate comunitário e de enriquecimento do processo de aprendizagem (Negroponte, Lévy, De Rosnay, Rheingold)

Assim sendo, esses embates teóricos, discursos contraditórios, inúmeras concepções e indefinições indiciam que a pós-modernidade e a Internet estão em processo, ainda muito recente, de construção e desenvolvimento, sobre o qual, muitas vezes, podemos lançar apenas algumas hipóteses, sem a pretensão de oferecermos certezas absolutas. Estamos, sim, imbuídas do desejo de compreender os modos de constituição de sentidos sobre criança, pelos sujeitos-navegadores da Internet, ou seja, queremos analisar discursivamente esses movimentos de sujeitos e sentidos pela rede. Para levar a cabo tal empreitada, é importante considerarmos a sua topologia labiríntica, que suscitou mudanças em “nossas formas de relação com o conhecimento, de relações entre os sujeitos, de relações com a sociedade e com a própria materialidade do discurso.” (DIAS, 2005, p. 41).

No ciberespaço labiríntico, que se abre quando o sujeito-navegador emerge na rede, não é possível “ter uma visão aérea, pois nele, o infonauta só pode caminhar no nível das rotas internas, já que se trata de um ambiente movediço que se reestrutura e se reconfigura a cada passo.” (SANTAELLA, 2004, p. 180). Destarte, o ciberespaço delineia-se de forma ativa, propiciando uma profusão de discursos e sujeitos que se movimentam de maneira imprevisível em “um hipertexto mundial interativo, no qual cada um pode adicionar, retirar e modificar partes dessa estrutura telemática, como um texto vivo, um organismo auto-organizante.” (LEMOS, 2007, p.123). Marcamos que, neste contexto, a materialidade dos discursos está em constante mutação, bricolagem e justaposição, com a emergência de um texto sem fronteiras nítidas, desterritorializado pelos dispositivos hipertextuais, nas redes digitais. Assim, “não há mais um texto, discernível e individualizável, mas apenas água e areia” (LÉVY, 1996, p. 48). A esse texto posto em movimento deu-se o nome de hipertexto.

Para Lévy (1999, p. 127), “hipertexto é um texto em formato digital, reconfigurável e fluido. Ele é composto por blocos elementares ligados por links que podem ser explorados em tempo real na tela”. Em outras palavras, o hipertexto é “constituído de nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais etc.) e de ligações entre esses nós (referências, notas, indicadores, ‘botões’ que efetuam a passagem de um nó a outro).” (LÉVY, 1996, p. 44). Ressaltamos que, ao falarmos de hipertexto digital, não estamos nos referindo apenas à materialidade textual, visto que ele:

não se resume ao simples encadeamento de textos, verbetes, comentários, sumários, notas, índices etc.; antes, representa um imenso fluxo de múltiplos universos sócio-histórico-culturais que se interconectam e se interpenetram, criando um movimento que só é percebido na hiperleitura do dito/escrito/inscrito. É o não-lugar, o entre-mundos, pois ele não é em si mesmo, mas na leitura/escritura, na possibilidade infinita de fluir através de leituras diferentes, de vozes diferentes, de autores diferentes. (SILVA, 2006, p. 62)

A partir do exposto, inferimos que esse (ciber)espaço de circulação de vozes heterogêneas- que, segundo Xavier (2005, p. 171), “não é apenas composto por palavras, mas junto com elas, encontramos sons, gráficos e diagramas, todos lançados sobre uma mesma superfície perceptual, amalgamados uns sobre os outros”, é viabilizado pela estrutura labiríntica do hipertexto que:

é comparado a um labirinto no sentido de se constituir num espaço que se desdobra e pelas oportunidades de leitura em diferentes direções. No momento em que o leitor atualiza escolhas, caminhos sinuosos pessoais e únicos são criados. Constrói, assim, um espaço que vai se desdobrando e se formando através do percurso de leitura, ao mesmo tempo em que vai se constituindo como um leitor em potencial, um construtor de labirintos hipertextuais, ou seja, de um espaço de informação e interação constituído por uma complexa malha de significados, aos quais o próprio sujeito atribui ordem e entendimento, não sendo apenas espectador. (SILVA, 2006, p. 73)

Ao movimentar-se pelos labirintos intertextuais da Internet, sem um roteiro previamente traçado, o sujeito-leitor vai percorrendo *links* e regiões de sentido que podem ser atualizadas e ressignificadas ou silenciadas e esquecidas, imbricando-se em ditos alheios, em um fluxo interminável de (re)construção de sentidos que confere um caráter volátil aos discursos; temos, assim, um sujeito errante, que

“navega em corda bamba, equilibrando-se entre a desorientação mais turva e a iluminação mais cintilante”. (SANTAELLA, 2004, p.103). Compreendemos que esses movimentos de navegação dos sujeitos pelos mares do ciberespaço são frutos de uma posição inscrita pela memória e constituída em relação às condições de produção sócio-histórico-ideológicas, visto que “o sujeito se movimenta na rede do já-dado, já-dito e já traçado por um outro sujeito, embrenhando-se em nós que já foram atados por outrem”. (ROMÃO, 2006, p. 307). Ressaltamos que as posições a serem ocupadas pelo sujeito não são únicas, mas também, não podem ser qualquer uma; isso nos leva a apontar as lacunas, os furos existentes entre os nós da rede, desconstruindo o imaginário de potência, pelo qual se procura tamponar estes furos, através da naturalização dos sentidos de que “tudo é possível” para o sujeito navegador do ciberespaço. Posto isto, consideramos que a falta e a incompletude são características fundantes do (ciber)espaço discursivo. Sobre isso, Lévy (1999, p.161) afirma:

A emergência do ciberespaço não significa de forma alguma que ‘tudo’ pode enfim ser acessado, mas antes que o Todo está definitivamente fora de alcance. O que salvar do dilúvio? Pensar que poderíamos construir uma arca contendo ‘o principal’ seria justamente ceder à ilusão da totalidade.

É relevante apontarmos que, da mesma forma que nem tudo está ou pode ser acessado na Internet, nem todos podem circular em suas redes. Conforme nos diz Foucault (2005, p. 9): “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.”. Marcamos que essa questão da exclusão digital é determinada pelas desigualdades sociais, falta de acesso às tecnologias de comunicação e de conhecimentos de informática, de inglês e até mesmo do português, considerando que o analfabetismo ainda está muito presente no país. Porém, é preciso dizer que o acesso a essas condições materiais e saberes específicos não garante a inclusão do sujeito no ciberespaço, visto que é necessário haver, também, a possibilidade de ele se relacionar com os sentidos postos em circulação na rede eletrônica, participar ativamente dos jogos de (re)construção e interpretação dos discursos que ela sustenta, o que implica ter acesso a uma memória discursiva em movimento. Sendo assim:

A Análise do Discurso (AD) vai nos mostrar que mesmo que a rede abrigue uma pluralidade de idéias, de pontos de vista, isso não é suficiente para que haja uma democratização dos discursos. Não basta as idéias estarem lá depositadas, é preciso que elas circulem, que elas tomem corpo, que elas reverberem, isto é, que elas entrem na ordem do discurso e não fiquem apenas 'à deriva na superfície das águas' (MELO, 2005, p.137)

Vale considerar que, mesmo não sendo possível, ainda, para a maioria da população adentrar no labirinto virtual da rede eletrônica, esta abre espaços para os atos de linguagem de sujeitos aos quais historicamente foi negada a palavra. Sendo assim, podemos encontrar blogs, sites, comunidades virtuais e demais espaços nos quais podem circular dizeres de/sobre crianças, movimentos sociais, dentre outros, rompendo os efeitos de silenciamento, conforme afirma Romão (2004, p. 44):

esse movimento de silenciamento é rachado, brocado e fissurado e, em vários nichos eletrônicos, os excluídos estão presentes, representados em sites, links e páginas de movimentos populares, moradores de favela, organizações não-governamentais, jornais dito alternativos etc. É interessante perceber que eles são falados, ainda que não falem e não acessem a rede eletrônica, constituídos pelos dizeres e sentidos expostos naquele espaço que era de interdição e se transformou em transgressão e resistência. Movimento que se rebela contra o que é ou está naturalizado, o que inquieta a ordem e desconstrói o silêncio. Na gangorra da memória e do silêncio, o sujeito resiste e insiste em materializar sua presença, instalam (-se) dizeres que dão corpo e link aos sentidos de sua exclusão.

Sendo assim, apostamos que a Internet pode configurar-se como um espaço mais aberto à construção de sentidos polissêmicos a serem enunciados por sujeitos que podem ocupar diferentes posições, ao moverem-se pelos nós da rede; é o que investigaremos no nosso corpus, mobilizando, para tanto, alguns pressupostos dados pela Análise do Discurso, que serão explanados a seguir.

3. Análise do discurso: sentidos em movimento

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa tem, como objeto de análise, o discurso que é efeito de sentido (PÊCHEUX, 1995) (re)construído e enunciado por interlocutores afetados pelas condições de produção, visto que as palavras entram

em jogo constante em função dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos. É importante ressaltarmos que a linguagem é opaca e caracterizada pela multiplicidade de sentidos que não são evidentes, mas efeitos dados pela posição ocupada pelo sujeito ao enunciar, ou seja, a partir de onde fala e para quem fala, o sujeito pode se movimentar em algumas posições produzindo determinados sentidos e não outros.

O sujeito do discurso diferencia-se da noção de indivíduo empírico, sendo marcado pela incompletude, pelos furos em seus dizeres, posto que é afetado e constituído ideologicamente. Por isso, destacamos a contribuição da psicanálise de leitura lacaniana para a noção de sujeito dada pela AD, deslocando a concepção de homem presente nas abordagens empíricas para uma posição discursiva definida por um lugar imaginário de dizer. Segundo Maia (2006, p. 213):

Se existe um outro lugar, uma outra cena, desde sempre independente do sujeito, podemos articular a constituição do sujeito da psicanálise e da Análise de Discurso. Em ambas o sujeito está imbricado numa rede de significantes que o distingue em singularidades. São significantes que o marcam e que o definem como um ser de linguagem. Mas esse mesmo processo de constituição subjetiva com a marca do inconsciente tem também a marca do ideológico, nos efeitos de evidência sobre o eu do sujeito. O eu funciona, portanto como uma instância imaginária em relação à tarefa de garantir a ilusão de completude.

Na trama da língua e da história e na relação com a psicanálise, pode-se dizer, então, que o sujeito é interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, o que o faz ter a ilusão de ser a origem de seu dizer e de que o que diz corresponde ao que está pensando. A este mecanismo de apagamento de outros sentidos, necessário para que o sujeito possa/consiga enunciar, Pêcheux e Fuchs (1993) denominaram de “esquecimentos número um e número dois”. O esquecimento nº 1, constitutivo da subjetividade na língua é de natureza inconsciente, refere-se à ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem, em que o sentido de um dizer só pode ser entendido mediante uma formação discursiva (e, aqui, estão marcados os elementos ideológicos que são “recalcados” no assujeitamento do sujeito e esquecidos por ele) e, para tanto, o sujeito é concebido como a fonte desse dizer.

Já, o esquecimento nº 2 refere-se à ilusão, também necessária, de que o sujeito-enunciador é dotado de escolhas, intenções, decisões e, assim, pode, ao enunciar, escolher o que será dito e o que não será entendido como se houvesse uma relação direta e clara entre a palavra e o mundo, constituindo este último um campo daquilo que foi “rejeitado” (mais próximo da consciência). Nesse jogo de dizer/ocultar, o sujeito tem a ilusão de que “diz o que realmente quer dizer”; assim, o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina, o que caracteriza o trabalho da ideologia (PÊCHEUX, 1995). Sendo assim, é pela incidência da ideologia que o sujeito veicula seus dizeres, sendo ela a responsável pela naturalização dos sentidos em determinado contexto sócio-histórico, ou seja, a ideologia é um mecanismo que dá a conhecer e provoca, na materialidade da língua, o efeito de evidência, transparência e obviedade no discurso.

É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se as condições de base, que é a língua, e o processo, que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras, reúne sujeito e sentido. Desse modo, o sujeito se constitui e o mundo se significa. Pela ideologia. (ORLANDI, 2001a, p.95-96)

O sujeito, ao falar, está assujeitado à ordem do discurso em dois níveis: o da enunciação e o do enunciado. O nível do enunciado, também chamado de intradiscurso, relaciona-se ao eu, ao aqui e agora, ao que se manifesta na fala do sujeito, que atualiza redes de filiações de sentidos já ditos antes. O nível da enunciação, denominado interdiscurso, diz respeito ao saber discursivo, a algo que fala antes em outro lugar e que sinaliza a condição do dizível e a possibilidade de citações, repetições, antíteses, paráfrases etc. O interdiscurso, ao mesmo tempo em que possibilita ao sujeito organizar um enunciado, através da materialidade linguística e de suas marcas, como aponta Courtine e Haroche (1998), causa um efeito de apagamento aos olhos do enunciador. Esse seria o papel da memória, da lembrança e do esquecimento sempre articulados. Para entendermos o funcionamento do sujeito no discurso, recorreremos à noção de formação discursiva, que corresponde àquilo que determina o que pode e deve ser dito dependendo da posição assumida pelo sujeito, num contexto determinado pela luta de classes (PÊCHEUX, FUCHS, 1993; PÊCHEUX, 1995).

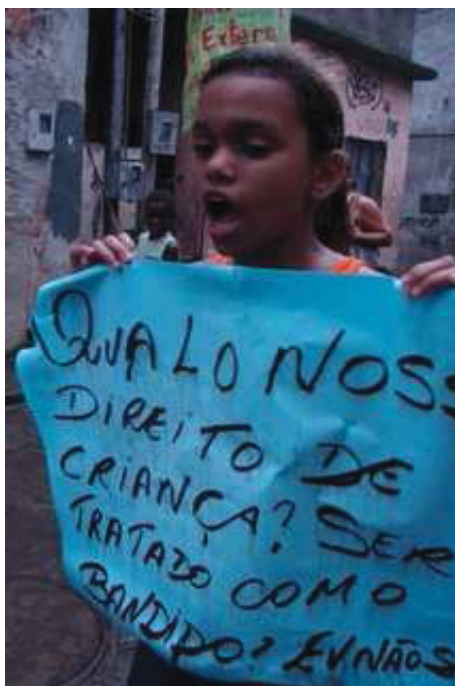
Esse processo de identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina e na qual se constitui é mediado pela ideologia e pelo inconsciente. Também é delineado pela relação do sujeito com a posição de onde ele enuncia, o que remete às formações ideológicas, conformando-o numa forma-sujeito, isto é, o sujeito revestido de ideologia. (PÊCHEUX, 1995). É pela ideologia que podemos ter a ilusão de que, quando nos comunicamos, estamos numa posição clara e objetiva, e não numa posição-sujeito onde algo que se enuncia pode dar margem a diversas interpretações, uma vez que é atravessada pela materialidade linguística e histórica, estabelecida por contradições e formações ideológicas (MAIA, 2006). Por conseguinte, a maneira de interpretar será sempre marcada pelo caráter histórico, onde os sentidos se estabelecem, ou não, de acordo com determinadas formações discursivas. É a articulação destes aspectos que dá um caráter heterogêneo ao discurso. Segundo Pêcheux (1995, p.147):

[...] a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do 'todo complexo com dominante' das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.

Temos, então, um sujeito que ocupa uma *posição de sujeito* ao enunciar/formular de acordo com as formações sociais, ideológicas e discursivas e que enuncia, também, de acordo com o jogo de antecipações das formações imaginárias, ou seja, da imagem que faz do interlocutor, da imagem que faz daquela que o interlocutor tem desse sujeito que enuncia, da imagem que faz do objeto/sentido que está sendo disputado, inscrevendo-se, ou melhor, demarcando as representações de uma sociedade (ORLANDI, 2001a). Assim, como já dito anteriormente, o sujeito precisa se esquecer daquilo que marca sua constituição, para poder dizer: esse é o trabalho da ideologia. A partir do que foi exposto, pretendemos, a seguir, analisar os dizeres heterogêneos desse sujeito-navegador em constante movimento, seus discursos sempre afetados pelas formações discursivas e imaginárias que fundamentam os sentidos sobre o sujeito-criança, na rede eletrônica.

4. Nos movimentos do discurso: sentidos de criança na rede eletrônica

Na pluralidade do ciberespaço, encontramos sites e blogs que fazem falar os sentidos de direito da criança, que são reconhecidos e legitimados pelo discurso jurídico materializado em documentos tais como a Declaração Universal dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, como veremos a seguir, os dizeres inscritos nesses documentos não são garantia de que os direitos da criança sejam respeitados de fato e de que a infância seja cuidada, em nosso país, como alguns blogs também materializam. Como já dissemos anteriormente, consideramos que a Internet pode propiciar a circulação de vozes, de posições sujeito, há muito silenciadas, instalando um furo na formação discursiva dominante, possibilitando a polissemia. E é justamente no lugar desse confronto que se colocam os recortes do nosso corpus, constituído a partir de acessos eletrônicos a três blogs de moradores da favela da Maré, no Rio de Janeiro, quais sejam, Fotojornalismo Maré (2009), Cotidiano (2009) e Imagens do Povo (2009). Nos dois primeiros, observamos sentidos de denúncia tanto das precárias condições de vida das crianças moradoras de favelas, quanto dos crimes que tiraram a vida de muitas delas; efeitos de desacordo frente ao mundo semanticamente estabilizado (PÊCHEUX, 1997a) pelo sentido dominante de que a infância é cuidada e poupada da violência. Assim, em face aos legitimados e tão parafraseados discursos referentes aos “direitos das crianças”, temos, na contramão, o discurso de sujeitos que instalam os sentidos de questionamento da existência da lei, duvidando da naturalidade e evidência do que é posto como óbvio. A foto abaixo materializa esse movimento discursivo.



FOTOJORNALISMO MARÉ (2009. Post: 21/04/09)

A pergunta que se coloca “qual o nosso direito de criança?” inscreve uma dúvida sustentada pelo próprio sujeito na posição de criança; isso colore com mais intensidade a incerteza sobre o direito, não no plural, mas no singular, o que para nós é uma pista importante. “O nosso direito” faz falar a inquietação de não saber sobre o que poderia ser um conjunto de leis de proteção à infância, o que se confirma pela resposta que também materializa uma pergunta “ser tratado como bandido?”. A equivalência entre **nosso direito** e **ser tratado como bandido** coloca as duas perguntas como espelhamento do sentido dominante, qual seja, a segunda pergunta como resposta à primeira delas. No entanto, o sujeito protesta e inscreve um furo nessa formação discursiva, provocando a ruptura com o “eu não s”, desimplicando-se com estes sentidos e afirmando a negação de ter como único direito o de ser tratado como bandido. Afinado aos sentidos dessa formação de resistência, encontramos outros sentidos que indiciam a revolta perante o lugar que a criança pobre ocupa na sociedade.

As crianças, por exemplo, estão com alergia, entre outras várias doenças que surgem nessa época. (Fotojornalismo Maré, 2009. Post: 30/01/09)¹

¹ Todos os grifos dos recortes são nossos.

Nós estamos aqui abandonados pelo governo, pela prefeitura, nós **não temos nada**. Eu tenho uma neta **toda mordida de rato**, ela já fez quatro plásticas no rosto, ficou **toda mordida**. Meu outro neto também **foi mordido de rato**. (Fotojornalismo Maré, 2009. Post: 30/01/09)

Os recortes acima materializam o modo como a criança pobre é falada por sujeitos-adultos nos blogs, no caso, a voz da avó marca a doença e a falta de saúde derivadas de alergia, doenças e agressões por animais. Como analistas do discurso, consideramos que a repetição das marcas linguísticas “rato” e “ser mordida” indicia um dos modos de dizer de como a criança é violentada e agredida na favela, qual seja, como atrativo para os ratos, como alimento para roedores que, usualmente, nutrem-se do lixo. Estar abandonado pelas esferas de “governo” deixa marcas no corpo, na carne para sempre incompleta, no que falta após a mordida e a extração do que era inteiro; nesse jogo discursivo, parece vencer o rato que morde mais de uma vez, que agride “também” o outro neto. A morte de crianças da/na favela também é outro efeito regularizado pelos sujeitos-navegadores no espaço discursivo do blog.

O único som que se ouviu naquela manhã foi o de um disparo. Apenas um, mas certo, capaz de **roubar a vida de uma criança**. (FOTIJORNALISMO MARÉ, 2009. Post: 30/01/09)

Meu primo, uma criança de 8 anos, estava saindo de casa apenas para comprar pão e **foi assassinado, confundido com bandidos pela polícia**. Eu e minha tia estamos aqui para pedir justiça. (COTIDIANO, 2009. Post: 15/12/08)



BLOG COTIDIANO (2009. Post: 15/12/08)

O que nos chama a atenção é o deslocamento que tais recortes promovem, colocando a criança no lugar de quem é roubada e de vítima da violência policial, tão diferente dos relatos midiáticos em que os denominados “menores infratores” são colocados na posição de ameaça e perigo à ordem tida como democrática. Aqui, a criança da favela é discursivizada pelos crimes que sofre, pela matança de que é vítima, pelo furo que se inscreve nos passos infantis aparentemente cotidianos, seja na manhã, seja no caminho da padaria. O primeiro recorte aponta “uma criança” morta; já, o segundo, marca o lugar de “meu primo”, ou seja, não é qualquer criança, mas sim, alguém que tem identidade, parentesco e essa formulação instaura uma outra formação discursiva, pois o uso generalista de “uma criança” marca um distanciamento dos interlocutores, dilui a dor da morte, posto que se trata de um desconhecido; por outro lado, “meu primo” cria um efeito de sentido de proximidade e veracidade, em que o próprio enunciador coloca-se no enunciado (“meu”) para marcar a denúncia e a dor; em ambos, o blog é apontado como um lugar discursivo de materialização da indignação e do protesto, lugar de “pedir justiça” e de fazer circular efeitos que antes seriam ou estariam calados pela formação discursiva dominante.

O cartaz instala, ainda, uma outra voz manifesta por um “nós” inclusivo que implica e congrega toda a comunidade da favela estendendo a matança a crianças como algo rotineiro. O imperativo “não matem nossas crianças” cria duplamente o efeito de basta, desnaturalizando a violência destinada a “nossas crianças”, que parece estar tão banalizada, na sociedade brasileira. Notamos, dessa forma, nos recortes dos blogs analisados, a emergência de outra forma de discursivizar a criança assassinada; neles, este sujeito-criança não é representado apenas por um número, uma estatística ou pela indefinição de um sujeito que pode ser qualquer um, conforme se pode observar frequentemente na “grande mídia”. No caso dos blogs, o sujeito violentado tem identidade, já que a ele são atribuídos nome e importância.

Não podemos esquecer essas vidas que para nós têm nomes, não são apenas números como tratam as estatísticas. A Gabriela Prado, jovem de classe média assassinada em assalto no metrô da São Francisco Xavier em 2003, ganhou nome de rua na Tijuca. **E os nomes das crianças da favela, onde serão lembrados? Nos**

nossos corações sempre serão lembrados, temos memória.
Maré em luto (FOTOJORNALISMO MARÉ, 2009. Post: 30/01/09)

Sendo assim, em vários *posts*, são listadas séries de assassinatos de crianças, cometidos em diversas favelas do Rio de Janeiro, nos quais nos chamam a atenção os sentidos de violência e de massacre flagrados em marcas linguísticas como “brutalmente”, “alvejadas” e “assassinadas”. Interpretamos, aqui, que aqueles que não têm o direito a um espaço legitimado para falar, para escrever e fazer circular sentidos sobre si e sobre a sociedade na qual se inserem resistem e buscam no espaço alternativo da rede um lugar para inscrever seus sentidos. Nas palavras de Orlandi (2001b, p.193), “o dizer deixa os vestígios do vivido, do experimentado e o gesto de interpretação mostra os modos pelos quais o sujeito (se) significa”. Considerando o poder da escrita de registrar, de perpetuar significados, entendemos que os sentidos silenciados no discurso midiático, marginalizados nos/pelos documentos oficiais escapam do controle social e gritam, soam, ferem, denunciam uma sociedade “fora-da-ordem”, exatamente num espaço que é polifônico e, totalmente, incompleto.

Não por acaso, essa fatalidade remete a outros casos de crianças que foram alvejadas em condições muito semelhantes à morte de Matheus. Claro que estaremos cometendo injustiça em não citar outras vítimas, mas as que serão citadas a seguir foram assassinadas brutalmente em menos de 15 dias do ano de 2006. São elas: Renan da Costa Ribeiro, 3 anos, morto dia primeiro de outubro de 2006, com um tiro de fuzil na barriga, na Nova Holanda, Complexo da Maré. Lohan de Souza Santos, 9 anos, morto por uma bala de fuzil na cabeça no dia 16 de setembro de 2006, no Morro do Borel. Guilherme Custódio Moraes, 8 anos, morto dia 20 de setembro de 2006, por bala perdida na Favela do Guarabu, na Ilha do Governador. Paulo Vinícius de Oliveira Chaves, 7 anos, morto atropelado por uma viatura da Polícia Militar, dia 20 de setembro de 2006, em Vigário Geral. Moisés Alves Tinim, 16 anos, morto dia dois de outubro de 2006, com um tiro de fuzil, no Morro da Esperança, Complexo do Alemão (FOTOJORNALISMO MARÉ, 2009. Post: 30/01/09)

Parece natural, pelo efeito da ideologia, repetir um sentido (o já-lá) que está sempre circulando, como podemos observar numa lista de nomes, isto é, lista de aprovados, de candidatos, de assinantes etc. No entanto, realizando uma leitura sócio-histórica e assumindo a função-leitor (PACÍFICO, 2002), podemos duvidar de tudo isso e

questionar as denúncias que podem circular por meio do registro escrito de cada nome, enfatizando não mais um número, mas sim, muitas infâncias roubadas que deixam de ser discursivizadas como crianças infratoras, menores delinqüentes, crianças anônimas; ao contrário, ganham nome e sobrenome, como as vítimas “importantes” que merecem destaque na mídia. As vítimas dos males não devem silenciar; deve haver espaço e sentidos para todos na sociedade. Esse movimento de usar a escrita dos nomes como forma de denúncia nos leva ao texto de Pêcheux (1997b) que traz a questão da divisão social da leitura, isto é, alguns sujeitos podem ler e escrever; outros, podem apenas copiar e repetir os sentidos legitimados, donde o autor propõe a distinção entre intérpretes e escreventes. Do que observamos, os sujeitos que escrevem no Fotojornalismo-Maré não se identificam com a posição discursiva de escreventes e ocupam uma posição que lhes permite questionar os sentidos legitimados pela formação discursiva dominante nos grandes meios de comunicação sobre crianças e violência: quem agride e quem é agredido?

No mesmo blog, encontramos sentidos que discursivizam as muitas outras crianças vitimadas, ainda que não nomeadas, significando a violência como um fato rotineiro nas favelas cariocas e as crianças na posição de vítimas inocentes e indefesas, às quais foram negados todos os direitos, e a própria vida.

E isso não aconteceu apenas com o Matheus não, todos os dias ocorrem isso em nossas comunidades, todos os dias nos deparamos com esta dura e cruel realidade. Há três anos, morreu Renan Rodrigues, de 3 anos. Há aproximadamente quatro anos, morreu Carlos Henrique, de 11 anos, todos eles crianças e inocentes. Eram meninos que queriam apenas ter o direito de brincar, de sorrir, de estudar, de sonhar com o seu futuro. Mas os seus desejos, os seus sorrisos, foram todos covardemente enterrados. (FOTOJORNALISMO MARÉ, 2009. Post: 29/03/09)

‘Mais uma de nossas crianças foi assassinada’; ‘Até quando?’ (FOTOJORNALISMO MARÉ, 2009. Post: 30/01/09)

Criança saía de casa para comprar pão, quando um tiro interrompeu sua vida. **Mais uma criança** é vítima do descaso da Política Pública de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, do abandono, do medo e da injustiça. (FOTOJORNALISMO MARÉ, 2009. Post: 30/01/09)

O que nos chama a atenção, neste recorte, é a formulação “E isso não aconteceu apenas com o Matheus não”, na qual o advérbio de negação “não” é repetido e cuja

repetição cria um efeito de sentido de indignação, de tentativa de persuadir o leitor a chocar-se com os outros tantos casos que não foram nomeados, mas que existiram, como indicia o uso de “apenas”. A tentativa de marcar, dessa forma, que a violência não se restringe ao caso Matheus aproxima o leitor do enunciador, inscrevendo sentidos diferentes daquele criado pelo texto jornalístico, em que os números são escritos de modo “objetivo” e sugerem um distanciamento do leitor, principalmente, quando os sentidos postos em circulação não devem ser vasculhados, devem permanecer abafados. Segundo Orlandi (1997, p. 75-76):

Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. [...] Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer.

Os crimes e atos violentos enunciados como ações costumeiras podem ser flagrados na marca linguística “mais”, que contém, virtualmente, os sentidos de tantos outros crimes que já foram cometidos e daqueles que ainda o serão. Conforme podemos observar no recorte acima, os sujeitos não se furtam a apontar quais seriam os culpados pelas mazelas que atingem as crianças das/nas favelas, a saber, o governo, os policiais e a mídia, denunciando, também, as desigualdades e os preconceitos sociais. Deste modo, os sentidos sobre criança são apresentados em meio à conjuntura da comunidade à qual pertence, evocando, muitas vezes, um imaginário de restrição que historicamente segrega os moradores das favelas, calando suas vozes. Inferimos que, apesar de haver, na Internet, a possibilidade de inscrição de outros sentidos sobre a criança pobre, a sua circulação e visibilidade ainda são restritas, visto que são poucos os comentários postados nos blogs, sendo a maioria deles dos próprios moradores da comunidade. A partir disto, marcamos que as relações de poder estão presentes na rede eletrônica, manifestas no confronto entre formações discursivas, do qual emergem também os sentidos de resistência.

Observamos que os arquivos heterogêneos e imbricados na malha digital promovem a emergência de várias vozes e sentidos, fazendo com que os dizeres enunciados em outros contextos sejam emprestados e deslocados, por sujeitos moradores das favelas, para as páginas dos blogs. Assim, sentidos opostos aos já enunciados até aqui sobre a dura realidade das crianças nas favelas e a morte das mesmas dão lugar a outros modos de enunciar sobre a infância, indiciando a alegria em ser criança, o fazer artístico e a convivência em grupo como prática de realização sadia. No Blog Cotidiano (2009), na postagem do dia 11/05/09, flagramos os seguintes dados:



atores, dançarinos, artistas plásticos, poetas, músicos, modelos, fotógrafos...' e o evento Hip Hop na rua ocorrido no dia 22 de maio de 2008, no lago do 4º Centenário em frente ao bar do Zé Toré é a prova disso. O encontro foi realizado por jovens da comunidade que dançam breaking, um dos elementos da cultura hip hop. O objetivo desse encontro é reunir pessoas que praticam algum tipo de arte (COTIDIANO, 2009. Post: 23/05/08)

fotografias artesanais de 40 crianças e jovens da Maré foram expostas na mostra *Casinha Daros*, dia 10 de abril, com apoio da Daros Latinamerica, instituição suíça voltada para a arte Latino americana. [...] O resultado pôde ser visto pelos autores, parentes, amigos e professores na exposição que reuniu beleza, arte e criação lúdica em cada uma das imagens registradas. (IMAGENS DO POVO, 2009. Post: 11/04/08)

Consideramos que tais fotografias evocam um modo de produzir sentidos sobre a criança, que a inscreve em um mundo de brincadeiras, diversão e movimento, constituindo um imaginário frequentemente encontrado nos dizeres de outros blogs analisados, produzidos em um contexto sócio-histórico diferente, referente às

crianças de classes sociais mais altas, do lado de lá da favela. Temos, assim, uma outra forma de discursivizar sobre essa criança da favela, que não remete aos sentidos de privações e mortes, mas à beleza de ser criança. Essa outra forma de falar do morador da favela, que não a dominante, foi observada nos enunciados acima marcando a criatividade e a expressão artística das crianças e jovens. A criatividade de sujeitos-crianças pôde ser observada, também, em outros blogs que analisamos, como, por exemplo, no Blog do Tomate (2009), no qual foi publicada, no dia 24/02/09, uma poesia produzida no contexto escolar:

O meu poema taí, ó: Cobra/ Nunca te vi nem quero te ver/ Acho
melhor ver/ macaco lutando caratê/ Cobra/ tem olho grande mas é
cega/ rasteja no chão e nunca/ mas nunca me pega/ Cobra/Tem
jararaca sucuri/ Surucucu cascavel e coral/ todas elas fazem parte do
mundo animal/ Cobra/ é um bicho que se dobra/ e tem a barriga
gasta/ de tanto que se arrasta/ Cobra/ Tu não me leva/ Eu tô no teu
bico desde o tempo de Adão e Eva

Apesar de valorizarmos a circulação de um poema infantil, no espaço virtual, estranhamos a presença de tantos sentidos que podem ser interpretados como traição, armadilha, perigo, morte, trapaça, tais como: “Cobra/Tem jararaca sucuri/ Surucucu cascavel e coral/ todas elas fazem parte do mundo animal/ Cobra/ é um bicho que se dobra”, o que nos leva a duvidar da neutralidade da linguagem e refletir sobre como estes sentidos de medo, de assombro capturam o sujeito-criança mesmo quando ele tem a ilusão de poder ser livre para escrever seu poema. Conforme Orlandi (2001a, p. 64), “A memória – o interdiscurso, como definimos na análise de discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer.” E é pela memória discursiva que interpretamos os sentidos sobre cobra, cascavel, jararaca, surucucu e os deslizamentos de sentido possíveis para estes significantes. Marcamos que, a partir dos recursos propiciados pela Internet, os sujeitos-criança podem, em espaços discursivo-virtuais como os blogs, produzir sentidos materializados em textos, imagens, vídeos, animações dentre outros, à medida que assumem a posição de autor que enuncia sobre si e o mundo à sua volta. Notamos em vários blogs que, ao criar na rede eletrônica, o sujeito-criança filia-se frequentemente à posição de aluno, atribuindo sentidos alinhados ao que se espera dele no âmbito da escola, como, também, pudemos observar no Blog dos Golfinhos

(2009. Post: 25/05/07) no qual são postados diversos textos e imagens, construídos conjuntamente por alunos de uma escola portuguesa:

Ler Doce Ler

Os livros têm heróis
que hão-de sempre admirar,
e com que gostam de sonhar,
desde o grande D. Quixote
até ao Peter Pan a voar
passando pela pequena Alice
e pelo Príncipezinho a brincar
se os livros fossem heróis,
teriam ainda, eu sei,
muito batalhas para ganhar

Poema de José Jorge Letria, copiado pelo João e ilustrado pela Joana Cristina

Marcamos, também, que o sujeito-criança, além desta posição de aluno, pode assumir muitas outras, enquanto navega na rede; uma delas é a de sujeito-herói, o que podemos observar no blog dos Tetamanos (2009), através de recortes como o seguinte, postado no dia 4 de fevereiro deste ano:

Chegou a nova série de Tetamanos, 'Tetamanos em cowboys do espaço'. Essa nova série fala dos Tetamanos que em vez de viverem na Terra vivem no espaço. Lá eles percorrem grandes caminhos a procura de perigo, e vivem grandes aventuras com Et's, cometas, estrelas, buracos negros e as vezes até mesmo outros astronautas.

Os sujeitos enunciadorez destes dizeres imaginarizam-se em uma série de aventuras e vêem o blog como um espaço pelo qual eles podem dar vazão à sua criatividade e produções artísticas, construindo sentidos que, embora atados às redes da memória e às condições de sua produção, são percebidos como originais e únicos, ilusão esta dada pela ideologia que também faz com que tais sujeitos considerem que podem enunciar tudo o que quiserem, fazendo circular sentidos livres dos mecanismos de censura e coerção do discurso (FOUCAULT, 2005), à medida que representam a si próprios da maneira que melhor lhes parece, como, no caso, trazendo para os textos os sentidos de perigo aos quais são expostos, cotidianamente, só que aqui, no blog, tais sentidos podem ser falados a partir do

imaginário poder atribuído aos super-heróis e não a partir da posição de crianças fragilizadas.

Posto isto, frisamos que a criança fala e é falada na rede eletrônica em diversas posições-sujeito, tais como aluno, como vítima da violência, como criador e politizado, constituindo sentidos diversos que se entremeiam na malha digital, a partir das relações tecidas entre língua, história e a ideologia.

5. Movimentos finais: os sentidos que não se fecham

Para finalizar, gostaríamos de acrescentar que os sentidos encontrados sobre o sujeito-criança nas diferentes vozes assinaladas ao longo desse trabalho retomam ou atualizam dizeres já postos em circulação por outros sujeitos ao longo da história (memória discursiva), tais como aqueles que enunciam sobre a criança como o sujeito de direito, a infância como fase criativa e feliz do desenvolvimento humano. Também estão, nos links da rede, efeitos que fissuram esse discurso dominante, marcando como as crianças não têm suas necessidades básicas atendidas ou como elas são expostas a riscos/perigos da sociedade, por exemplo, o assassinato.

Foi possível flagrar também o sujeito-criança que assume uma posição de sujeito-navegador à medida que retoma a memória discursiva, os discursos já-ditos sobre a criança, em um jogo de paráfrase e polissemia que significa seu dizer. Observamos, assim, a heterogeneidade de sentidos nos dizeres, que circulam sobre/pelo sujeito-criança, implicando conflituosos enfrentamentos, por exemplo, de um lado, temos os sentidos de denúncia das condições precárias de vida (e morte), saúde e privação; de outro, emergem também dizeres que as discursivizam como um ser criativo que brinca e usa a imaginação para expressar-se por meio de linguagens artísticas.

Verificamos, ainda, que o ciberespaço, apesar de criar a ilusão de que o sujeito pode acessar tudo e enunciar tudo, deslizando de uma posição à outra, ou assumindo mais de uma ao mesmo tempo, é um espaço discursivo marcado pela fluidez e pelo excesso e, também, pela falta e pela incompletude, na medida em que há furos e

lacunas na circulação de sentidos atados/ancorados no interdiscurso pelas formações discursivas, ideológicas e imaginárias do sujeito, que sustentam os dizeres sobre/de criança e que não se fecham, não se estabilizam, estando sempre em (re)construção, deslocamento e fluxo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOG do Tomate. 2009. Disponível em: <<http://blogdotaltomate.blogspot.com>>. Acesso em: 26 maio 2009.

BLOG dos Golfinhos. 2009. Disponível em: <<http://blogdos17golfinhos.blogs.sapo.pt/>>. Acesso em: 25 maio 2009.

COTIDIANO. 2009. Disponível em: <<http://www.validean.blogspot.com>>. Acesso em: 25 maio 2009.

COURTINE, J. J; HAROCHE, C. O homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XX. In: LANE, S. T. M. (Org.). **Sujeito e texto**. São Paulo: EDU, 1998.

DIAS, C. Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à rede de sentidos. In: GUIMARÃES, E.; PAULA, M. R. B. **Sentido e memória**. Campinas: Pontes Editores, 2005. p. 41-56.

FOTOJORNALISMO Maré. 2009. Disponível em: <<http://fotojornalismomare.blogspot.com>>. Acesso em: 25 maio 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IMAGENS do povo. 2009. Disponível em: <<http://imagensdopovo.blogspot.com>>. Acesso em: 25 maio 2009.

LEMONS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LÉVY, P. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Correa Barbosa. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MAIA, M. C. G. **Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores**. 2006. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
Texto Digital, Florianópolis, v. 7, n. 1, jan./jun. 2011. ISSN: 1807-9288

MELO, C. T. V. A análise do discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da Internet. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001b.

PACÍFICO, S. M. R. **Argumentação e autoria**: o silenciamento do dizer. 2002. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997a.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C.. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à Obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

ROMÃO, L. M. S. Na teia eletrônica, fragmentos da memória. In: MORELLO, R. (Org.). **Giros na cidade**: materialidade do espaço. Campinas: LABEUB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

_____. O cavalete, a tela e o branco: introdução à autoria na rede eletrônica. **Delta**, v. 22, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v22n2/a04v22n2.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, O. S. F. **Nos labirintos da web**: possibilidades de leitura e produção textual nos cenários digitais. 2006. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.obdalia.pro.br/>>. Acesso em: 10 maio 2009.

TETAMANOS - a nova liga de heróis. 2009. Disponível em: <<http://tetamanos.blogspot.com>>. Acesso em: 24 maio 2009.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. 2. ed. Rio de Janeiro:Lucerna, 2005.